Autos: 201604117081

Natureza: Indenização

Requerente: Lucas Oliveira Araújo

Requerido: Cabral e Maia Ltda.

SENTENÇA

Trata-se de ação do procedimento comum ajuizada por Lucas Oliveira Araújo em desfavor de Cabral e Maia Ltda. (Campeão Supermercados), partes já qualificadas nos autos.

Em síntese, a parte autora relata que estava na sede da parte ré (supermercado) realizando compras e, após ter efetuado o pagamento dos produtos adquiridos, quando já estava fora do estabelecimento, foi surpreendido pelo segurança da demandada, que o chamou de marginal e posteriormente o conduziu até uma sala do supermercado.

Alega que neste momento foi exposto a uma situação humilhante, vez que o funcionário da requerida desligou a lâmpada do cômodo, ficou com um cassetete nas mãos e passou a acusá-lo do furto de um chocolate.

Requer, pois, a condenação da parte ré ao pagamento de indenização por dano moral no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Solicitou liminarmente que a parte requerida fosse compelida a fornecer as imagens do circuito interno de segurança.

Esse juízo deferiu o pedido de produção antecipada de provas, mas a decisão não foi cumprida pela parte ré.

Em contestação a demandada destacou ter agido no exercício regular do seu direito e que não expôs o requerente a uma situação vexatória, defendendo, assim, a ausência do dever de indenizar.

Houve réplica.

O Ministério Público manifestou-se nos autos.

O ônus da prova foi invertido.

Foi produzida prova oral.

Alegações finais em forma de memoriais.

É, em apertadas linhas, o relatório. **DECIDO.**

O feito está em ordem e não vejo irregularidades para sanar, além do que encontram-se presentes as condições da ação e os pressupostos processuais de existência e validade. Ademais, foi observado o rito previsto em lei para o caso em comento e os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Sendo assim, passo ao exame do mérito.

Inicialmente, insta salientar que a ideia de responsabilidade civil vem do princípio de que a ninguém é dado causar prejuízo a outrem.

Sobre o tema, Rui Stoco explica que:

?A noção da responsabilidade pode ser haurida da própria origem da palavra, que vem do latim respondere, responder a alguma coisa, ou seja, a necessidade que existe de responsabilizar alguém pelos seus atos danosos. Essa imposição estabelecida pelo meio social regrado, através dos integrantes da sociedade humana, de impor a todos o dever de responder por seus atos, traduz a própria noção de justiça existente no grupo social estratificado. Revela-se, pois, como algo inarredável da natureza humana. Do que se infere que a responsabilização é meio e modo de exteriorização da própria Justiça e a responsabilidade é a tradução para o sistema jurídico do dever moral de não prejudicar a outro, ou seja, o neminem laedere? (in Tratado de responsabilidade civil: doutrina e jurisprudência. 7 ed. São Paulo Editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 114).

Isso significa que o termo responsabilidade civil não se resume apenas na obrigação de quem causou o dano de repará-lo, de retornar a situação do lesado ao *status quo*, mas também garantir

uma relação jurídica equilibrada e ética.

Cito, por oportuno, o entendimento de Carlos Bittar:

?O lesionamento a elementos integrantes da esfera jurídica alheia acarreta ao agente a necessidade de reparação dos danos provocados. É a responsabilidade civil, ou obrigação de indenizar, que compele o causador a arcar com as consequências advindas da ação violadora, ressarcindo os prejuízos de ordem moral ou patrimonial, decorrente de fato ilícito próprio, ou de outrem a ele relacionado? (in Curso de direito civil. 1 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994, p. 561).

A responsabilidade civil provém da violação de uma norma jurídica preexistente, que gerará uma obrigação ao causador do dano de indenizar o lesionado. Tal obrigação está situada no artigo 5º, cabeça, X e XXII, da Constituição Federal, impondo a todos o dever de respeito ao bem de outrem, ao mesmo tempo em que estabelece a sanção do responsável em reparar em pecúnia os danos materiais e/ou morais na transgressão da norma.

A depender do tipo de norma jurídica violada, a responsabilidade civil será contratual ou extracontratual. A primeira refere-se à violação de norma contratual previamente estipulada, e a segunda trata-se da obrigação de reparar o dano por violação à lei.

A responsabilidade civil contratual está prevista nos artigos 389 a 395 do Código Civil. Por sua vez, a responsabilidade civil extracontratual encontra-se condensada nos artigos 186 a 188 e 927, também do Código Civil.

Assim dispõem os citados artigos 186 e 927 do CC:

?Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.?

?Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.?

No presente caso, estamos a tratar da responsabilidade civil extracontratual, e, assim, para que ocorra o dever de indenizar faz-se necessário a presença de alguns pressupostos, ou seja, um elemento formal, que é a violação de um dever jurídico mediante conduta voluntária; um elemento subjetivo, que pode ser dolo ou a culpa; e, ainda, um elemento causal-material, que é o dano e respectiva relação de causalidade.

No caso dos autos, o autor relata que foi constrangido e humilhado pelo segurança da requerida ao ser acusado de furto, levado até uma sala reservada e ser interrogado com ameaças.

A parte requerida afirma que houve apenas o questionamento ao consumidor, que de pronto apresentou o cupom fiscal do produto.

Pois bem. Analisando o caderno processual, vejo que a parte autora juntou prova (cupom fiscal ? fl. 25) de que no dia 2-12-16 esteve no supermercado da parte requerida e que realizou compras no valor de R\$ 50,07 (cinquenta reais e sete centavos).

Relata que foi chamado de marginal pelo segurança, levado até uma sala escura e sofrido intimidações.

A parte ré confirma que houve uma abordagem, mas ressalva que não agiu ilicitamente.

Acontece que esse juízo inverteu o ônus da prova e, assim, caberia à parte ré apresentar provas de que não agiu conforme relatado pelo autor, e, *in casu*, a prova mais contundente seria as imagens do circuito interno de segurança, porém a requerida apenas justificou que as imagens mais antigas foram automaticamente sobrepostas pelas imagens mais recentes.

Ora, pois, não me parece crível que num caso grave como o relatado pela parte autora a requerida não seria diligente no sentido de armazenar as imagens para, caso fosse preciso, demonstrar que a atitude adotada por seu segurança foi normal.

Dessa forma, não tendo a parte ré se desincumbido do ônus probatório, e, lado outro, prevalecendo as afirmações da parte demandante, ressa evidente o ato ilícito praticado pela requerida ao imputar a prática de crime e realizar abordagem desproporcional.

Por oportuno, colaciono julgado do TJGO que se amolda ao caso em epígrafe:

?APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. INÉRCIA. PRECLUSÃO. 1) - No caso em análise, observa-se que a empresa requerida apresentou defesa inconsistente e contraditória no tocante à abordagem e revista da autora/apelada para a verificação das mercadorias adquiridas no estabelecimento comercial, claramente sob a suspeita de furto. A questão poderia ser facilmente dirimida com as imagens do circuito interno de filmagem do supermercado, o que não foi providenciado pela empresa requerida. Deste modo, em virtude da inversão do ônus da prova, deveria a empresa recorrente ter produzido a prova necessária ou interposto o recurso cabível contra a decisão que determinou a inversão, sob pena de preclusão processual. ACUSAÇÃO INDEVIDA DE FURTO DE MERCADORIA. CONSTRANGIMENTO. DANO MORAL CONFIGURADO. 2) - Não obstante que a maioria dos comerciantes são rotineiramente vítimas de furtos, não justifica o proceder da empresa requerida em abordar de forma vexatória e exagerada a autora/apelada que estava saindo do

supermercado, carregando os produtos adquiridos e por ela pagos. O agir do supermercado apelante/requerido não se subsume em exercício regular de direito de defesa do seu patrimônio, conforme preconizado pelo art. 188, I, do CC, porquanto evidente o excesso praticado. Nesse particular, compete expressar que não se cuidou de mera abordagem corriqueira com o intuito de averiguar a presença de alguma prática criminosa, mas de objetiva acusação de furto, a qual se mostrou em absoluto despropositada, porquanto pautada em incorreta e inescusável apreciação do fato por parte do estabelecimento réu. 3) - Nessa base, demonstrado o agir culposo do réu, imbuído de indesculpável negligência, impõe-se o dever de indenizar, consoante previsto nos arts. 186 e 927, do Código Civil. Cuida-se de dano *in re ipsa*, que prescinde de efetiva comprovação. Como visto, a autora foi abordada quase fora do estabelecimento comercial, em local público, sob a acusação da prática de fato criminoso que não se confirmou, devendo a apelante responder pelos danos que causou. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MANUTENÇÃO. 4) - Tem-se definido a verba indenizatória de acordo com as peculiaridades de cada caso concreto, levando-se em consideração, principalmente: o dolo ou o grau de culpa daquele que causou o dano; as condições pessoais e econômicas das partes envolvidas; a intensidade do sofrimento psicológico causado pelo abalo sofrido; a finalidade admoestatória da sanção e o prudente arbítrio, para que a indenização não seja muito gravosa, descartando um enriquecimento sem causa à vítima, nem irrisória, que não compensa a lesão experimentada. Dentro dos parâmetros acima transcritos, o valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), estipulado em sentença para os danos morais, encontra-se congruente com o contexto fático-jurídico da demanda, devendo ser mantido. VERBA HONORÁRIA RECURSAL. 5) - Em razão do trabalho adicional realizado em grau recursal, impõe-se a majoração da verba honorária para 12% (doze por cento) sobre o valor atualizado da condenação, com fulcro no artigo 85, §11, do NCPC. RECURSO APELATÓRIO CONHECIDO E DESPROVIDO? (TJGO. Apelação Cível 0377705-73.2014.8.09.0134. Rel.: Dr. Sebastião Luiz Fleury. 4ª Câmara Cível. DJe 27-10-2017).

Portanto, entendo que houve de fato abalo à honra do autor, passível de reparação.

Por falta de parâmetro legal e doutrinário, de natureza objetiva, a servir de norte para o arbitramento dos danos morais, compete ao órgão julgador a árdua missão de dosar a verba indenizatória em casos como o versado nestes autos.

Cabe ao juiz, relevando as peculiaridades de cada espécie, agir com prudência, observando os critérios de proporcionalidade e razoabilidade, tendo ainda em conta a extensão do dano e a culpabilidade do ofensor, sob o risco de impor punição excessiva ? ou ínfima ? ao responsável direto ou indireto pelo dano e, na outra ponta, premiar o ofendido.

Quanto ao valor, acertada é a corrente que entende estar a reparação do dano moral sujeita aos

limites impostos pelo princípio da vedação ao enriquecimento sem causa, um dos pilares que sustentam o Código Civil. Nessa senda, não é adequado o critério que estipula a potencialidade econômica da demandada como parâmetro único para a indenização ao lesado, com o desiderato de inibir a perpetração de novas condutas semelhantes. Isso porque, consoante a expressa redação do art. 944 do Código Civil, a indenização mede-se pela extensão do dano?.

Critérios há, e, por considerá-los pertinentes, refiro excerto que sintetiza alguns dos indicados com propriedade por Antônio Jeová Santos:

¶ I ? O dano moral é incomensurável [...] Em virtude da qualidade de incomensurável que é atribuído ao dano, a indenização é meramente convencional, de acordo com critérios que não são matemáticos, certos, indiscutíveis, em virtude mesmo de ser incomensurável. [...] II ? Um piso flexível [...] Interessa, no entanto, a reparação compensadora, que permita, com uma quantidade de dinheiro, suavizar, de algum modo, a dor e o sofrimento. [...] III ? Um teto prudente [...] A indenização não pode ser tão elevada que pareça extravagante e leve a um enriquecimento injusto, a uma situação que nunca se gozou, que modifique a vida do prejudicado ou da sua família, que o transforme em um novo rico. Não tão alta que pareça um gesto de indubitosa generosidade, porém com o bolso alheio? (Dano moral indenizável. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. p. 181-2).

Dessa forma, fixo seguramente em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a quantia devida ao requerente, como forma de compensar o dano moral por ele sofrido.

PELO EXPOSTO, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido da ação para condenar a parte requerida ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), atualizado monetariamente pelo INPC a contar da sentença e com juros de mora de 1% (um por cento) ao mês desde o ato ilícito (2-12-2016).

Considerando a sucumbência recíproca, as custas do feito e os honorários advocatícios sucumbenciais ? estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação ? serão repartidos igualmente entre as partes.

No entanto, as verbas sucumbenciais impostas à requerente ficarão suspensas por 5 (cinco) anos, pois foi agraciada com os benefícios da justiça gratuita.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Após o trânsito em julgado, vista às partes pelo prazo de 15 (quinze). Transcorrido em branco,

arquive-se com as cautelas necessárias.

Rio Verde, 4 de julho de 2018.

Wagner Gomes Pereira

Juiz de Direito